

DOSSIÊ

MODOS DE VIDA E VISUALIDADES URBANAS: experiência estética, subjetividades e disputas simbólicas na cidade contemporânea

*Bartira Brito**
*Rogério Proença Leite***

Resumo

A visualidade não aparece na cidade como ornamento, nem como simples paisagem de imagens. Ela atravessa modos de vida como regime sensível de presença e disputa: aquilo que se vê, aquilo que se reconhece, aquilo que se impõe ou se apaga no espaço público. Nas cidades contemporâneas, práticas cotidianas, sociabilidades e processos de subjetivação são atravessados por camadas estéticas que reorganizam a experiência urbana. Intervenções artísticas, paisagens culturais, dispositivos institucionais e gestos ordinários sobrepõem-se como inscrições simbólicas em negociação constante, produzindo conflitos de sentido e formas de habitar. Ao tomar a experiência estética como operador sociológico, este texto inscreve a visualidade no centro das relações entre poder, percepção e vida urbana, compreendendo o existir citadino como condição compartilhada, política e sensorial.

Palavras-chaves: Visualidades Urbanas; Modos de Vida; Experiência Estética; Subjetividades; Disputas Simbólicas.

* Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: bartirab@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8088-4544> CrediT: Conceitualização; Metodologia; Investigação; Análise Formal; Escrita do Rascunho Original; Escrita, Revisão e Edição; Visualização; Administração do Projeto

** Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: rproleite@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8433-8639> CrediT: Conceitualização; Supervisão; Validação; Escrita, Revisão e Edição.

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea constitui-se como campo perceptivo no qual a visualidade organiza modos de habitar e de disputar presença. Longe de operar como ornamento ou simples paisagem de imagens, ela atravessa modos de vida citadinos como um regime sensível de aparecimento e apagamento no espaço público — aquilo que se torna legível, aquilo que se estabiliza como paisagem legítima e aquilo que permanece intermitente, opaco ou marginal.

Ao tomar a experiência estética como operador sociológico, este artigo desloca o olhar para as visualidades urbanas como dimensão constitutiva da vida coletiva. Intervenções artísticas, dispositivos institucionais, paisagens culturais e gestos ordinários sobrepõem-se no território compartilhado, produzindo uma gramática do visível atravessada por hierarquias, negociações e conflitos de sentido. É a partir desse horizonte que se propõe compreender os modos de vida urbanos como condição simultaneamente política e sensorial do urbano — uma experiência partilhada na qual ver, aparecer e habitar se tornam operações inseparáveis. Tendo Simmel (1979) como referência, entendemos aqui os Modos de Vida como formas socialmente produzidas pelas quais os indivíduos organizam sua experiência cotidiana, suas interações e sua subjetividade em determinados contextos históricos, especialmente na modernidade urbana.

A cidade contemporânea é compreendida aqui menos como delimitação geográfica específica e mais como categoria analítica voltada à apreensão de dinâmicas urbanas marcadas pela estetização do espaço, pela intensificação das visualidades e pelas disputas de reconhecimento. Nesse horizonte, o artigo mobiliza observações de campo e registros imagéticos realizados em Barcelona, Veneza e Porto, não como objetos comparativos fechados, mas como situações analíticas capazes de iluminar regimes de visualidade, sociabilidades do olhar e formas de coexistência sensível no urbano contemporâneo.

As cidades analisadas foram estudadas em diferentes momentos de pesquisa sobre cidades históricas. A investigação combinou observação direta e registros imagéticos orientados pela perspectiva das práticas cotidianas proposta por Michel de Certeau (1980).

O artigo estrutura-se em quatro movimentos principais. Inicialmente, discute-se a cidade contemporânea como campo visual e experiência sensível, enfatizando a relação entre visualidade, presença e existência urbana. Em seguida, analisam-se os regimes de visualidade e os ordenamentos simbólicos do espaço público, articulando estética, poder e reconhecimento. O terceiro momento aproxima a produção do espaço das práticas cotidianas e das sociabilidades urbanas, mobilizando referências empíricas para pensar disputas de legibilidade e experiências perceptivas. Por fim, propõe-se a noção de coexistência estética urbana como chave interpretativa para compreender a simultaneidade tensionada de camadas sensíveis, temporalidades e presenças no urbano contemporâneo.

Ao longo da reflexão, mobiliza-se a noção de coexistência estética urbana, articulada à ideia de autoria estética global.

A CIDADE COMO CAMPO VISUAL: PRESENÇA, PERCEPÇÃO E O EXISTIR URBANO

A cidade contemporânea se apresenta como experiência sensível e espaço de presenças que atravessam o cotidiano. Viver na cidade é viver entre signos e inscrições simbólicas que organizam a vida comum. O urbano não se reduz à materialidade do espaço: constitui-se como condição estética e relacional.

Habitar o espaço citadino implica participar de uma gramática perceptiva na qual certas formas culturais se tornam visíveis, reconhecíveis ou marginalizadas. O que emerge no espaço público — e o que permanece opaco — não decorre de neutralidade, mas de disputas silenciosas inscritas no sensível. A cidade é feita de regimes de atenção e de legibilidade: modos socialmente produzidos de ver, de ser visto e de inscrever presença no território compartilhado. A experiência urbana é, nesse sentido, inseparável de uma política da visibilidade.

O existir citadino é atravessado por essa condição. A experiência urbana é feita de encontros sensíveis: trajetórias, ritmos, ruídos, atmosferas e presenças que se sobrepõem no mesmo território. A cidade opera como mediação fundamental entre sujeito e espaço, estruturando pertencimentos, estranhamentos, reconhecimentos e exclusões. Aquilo que se vê — e aquilo que se torna visível — participa diretamente da produção da vida urbana:

Base para uma ontologia dos espaços urbanos, a imagem em si, como paisagem urbana, não representa apenas uma narrativa através da qual se deseja falar da cidade, mas expressa diferentes possibilidades analíticas, pelo grau de polissemia que é capaz de reter (Leite, 2008, p. 95).

Essa dimensão imagética e perceptível da vida urbana é atravessada por processos históricos, dispositivos institucionais e disputas culturais que definem quais imagens se estabilizam como paisagem consagrada e quais presenças permanecem marginais, intermitentes ou silenciadas. As visualidades urbanas integram uma economia simbólica da cidade: distribuem atenção, orientam percepções e modulam a experiência coletiva do espaço público. Ver, nesse sentido, é participar de um regime socialmente produzido de reconhecimento.

As visualidades urbanas orientam práticas no interior da vida cotidiana. Elas modulam ritmos de circulação, instauram atmosferas de segurança ou de ameaça e delimitam zonas de prestígio e marginalidade, participando da própria constituição dos corpos urbanos. A experiência citadina é atravessada por sinais visuais que informam pertencas e fronteiras, fazendo do espaço público um campo de leitura constante. A cidade aparece como território interpretado no cotidiano, no qual o sensível opera como princípio de ordenamento social. José Machado Pais (2010), em seus estudos sobre o cotidiano, já ressaltava a importância da imagem para os estudos da cidade. O autor lembrava que Simmel alertava sobre a proeminência do “olhar sobre o ouvir” na configuração moderna das cidades. Não por acaso, “a cultura urbana contemporânea é uma realidade sobrecarregada de recursos e apelos visuais” (Leite, 2008, p. 171).

Compreender o existir citadino como categoria analítica implica reconhecer que a presença na cidade é sempre também presença simbólica. Estar no urbano é aparecer, ser percebido, ser autorizado ou interditado em determinados regimes de legibilidade. A vida urbana se constitui, portanto, como experiência compartilhada, atravessada por códigos estéticos, disputas de visibilidade e formas diferenciadas de inscrição no espaço público. Hannah Arendt (1987) entendia que a experiência pública era, primeiramente, o que “pode ser visto e ouvido por todos” (p.61).

A privação da privatividade [*privation of privacy*] reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros (Arendt, 1987: 68).

A ideia central de Arendt é que a privatividade não é apenas “estar sozinho”, mas estar fora do alcance do olhar e da relação com os outros. Nessa condição, a pessoa que não aparecer no espaço comum perde relevância social, como se suas ações não produzissem ressonâncias no mundo compartilhado. A ausência de convivência pública esvazia a relevância do sujeito no mundo comum, na medida em que o reconhecimento e a visibilidade são condições de sentido social.

É nesse horizonte que as visualidades urbanas podem ser compreendidas como regimes de presença e de poder, articulando experiências estéticas, subjetividades e disputas simbólicas na cidade contemporânea. O olhar urbano, longe de ser neutro, é um campo de hierarquias e negociações contínuas — e é nele que se inscrevem, de modo sensível e político, as formas de existir na cidade.

REGIMES DE VISUALIDADE E ORDENAMENTOS SIMBÓLICOS DO ESPAÇO PÚBLICO

As visualidades urbanas operam como regimes de ordenamento atravessados por disputas de presença, hierarquias perceptivas e formas diferenciadas de reconhecimento no espaço público. Ver e fazer ver implicam sempre uma política do sensível, na qual determinadas paisagens se estabilizam como legítimas enquanto outras permanecem opacas, marginais ou interditas. A cidade contemporânea constitui um campo de visibilidade regulada, no qual a experiência urbana se produz sob condições estéticas e simbólicas permanentemente negociadas.

Nas últimas décadas, a cultura tornou-se um recurso estratégico para a reorganização das paisagens urbanas. A estetização do espaço público, longe de significar apenas vitalidade cultural, participa de processos de valorização territorial, de distinção e de reordenamento social. Sharon Zukin (2010) observa que a autenticidade, nesse cenário, deixa de ser um valor espontâneo da experiência local para integrar as forças que disputam o controle do urbano. Trata-se de uma economia cultural mais difusa, na qual mídias, narrativas e gostos de consumo produzem novas formas de autoridade sobre o espaço. A autenticidade cultural converte-se, assim, em ativo escasso, mobilizado na fabricação de centralidades desejáveis: circuitos artísticos, cafés, galerias e intervenções visuais compõem uma gramática de prestígio que transforma o cotidiano em vitrine e redefine fronteiras de pertencimento. A cidade passa a ser consumida como lugar — e esse consumo opera como modalidade sensível de participação social, inseparável de dinâmicas de exclusão e deslocamento (Zukin, 2010).

Nesse mesmo horizonte, podemos compreender o espaço público como arena de usos e contra-usos, na qual a estetização urbana não opera apenas como paisagem, mas como forma de ordenamento político, moral e simbólico (Leite, 2008). A cidade-vitrine, atravessada por dispositivos culturais e narrativas de prestígio, produz também regimes de exclusão sensível: disciplinamentos do olhar, hierarquias de presença e disputas pelo direito de aparecer. O espaço público, assim, não se configura como cenário neutro de convivência, mas como campo de conflito interpretativo, onde visibilidades são autorizadas e outras permanecem interditas:

O conjunto de sentidos construídos por relações sociais *diferentes e desiguais* e suas assimétricas modalidades de interação pode, assim, constituir-se em lugares políticos na medida em que a sua espacializada e conflitante formação precipita e expressa as relações de poder, tensões e disputas que caracterizam a vida social, qualificando e diferenciando certos espaços da vida urbana cotidiana como *espaços públicos* (Leite, 2007, p. 25).

A visualidade urbana, portanto, não se reduz a uma estética espontânea do espaço: opera como forma de legibilidade social. O espaço público é vivenciado por seus habitantes por meio de sinais culturais, marcas institucionais e repertórios sensíveis que orientam condutas e expectativas. A paisagem urbana adquire, assim, uma dimensão normativa: certas presenças se estabilizam como legítimas e desejáveis, enquanto outras permanecem dissonantes, ambíguas ou deslocadas. Regimes de visualidade organizam, desse modo, não apenas a cidade como imagem, mas como experiência cotidiana do convívio, atravessada por hierarquias e fronteiras simbólicas.

Essa dimensão revela que a paisagem é campo de poder, como destaca Sharon Zukin, em *Landscapes of Power* (1991). Aquilo que se apresenta como diversidade estética pode encobrir mecanismos sutis de hierarquização simbólica, nos quais certos repertórios culturais são legitimados enquanto outros permanecem periféricos. Nesse horizonte, Bourdieu permite compreender que a ordem do visível se impõe muitas vezes de maneira imperceptível, operando como “poder invisível” exercido “com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos” (Bourdieu, 1989, p. 7). Os sistemas simbólicos que organizam a percepção urbana — arte, linguagem, classificações estéticas — não são expressões neutras, mas estruturas capazes de produzir a própria experiência social: “só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (Bourdieu, 1989, p. 9). O espaço público torna-se, assim, campo de distinção e classificação, no qual regimes de visualidade definem o que pode ser reconhecido como arte, como paisagem valorizada ou como presença cultural legítima.

O urbano, portanto, é arena de disputa interpretativa. A cidade concentra presenças heterogêneas que não necessariamente compartilham os mesmos códigos estéticos, ou os mesmos regimes de reconhecimento. O que se impõe como paisagem valorizada é resultado de processos de consagração simbólica que envolvem instituições culturais, mercados urbanos e formas de distinção social. A luta pelo valor cultural é também luta pela legitimidade de certos modos de habitar e de aparecer. A visualidade urbana opera, desse modo, como campo sensível de conflitos silenciosos, em que o visível é sempre politicamente produzido.

A cidade é atravessada por uma economia simbólica na qual a estética e o poder se imbricam. A mercantilização das paisagens urbanas produz um urbanismo sensível, no qual imagens, narrativas e atmosferas tornam-se instrumentos centrais de reposicionamento territorial. A reinvenção das cidades para um mercado mundial, analisada por Fernanda Sánchez (2010), evidencia como a cultura e a espetacularização se convertem em estratégias privilegiadas de valorização urbana. A cidade vende-se como imagem e experiência, e essa construção estética do território redefine fronteiras de pertencimento, reorganizando quem pode ocupar determinados espaços e sob quais formas de visibilidade.

Nesse contexto, a cultura deixa de ser apenas expressão simbólica e passa a operar como tecnologia de gestão. A ideia de cultura como recurso, tal como elaborada por George Yúdice, permite compreender como programas culturais, intervenções artísticas e circuitos criativos são mobilizados como instrumentos estratégicos de gestão cultural e reordenamento simbólico do urbano. A visualidade torna-se linguagem estratégica do poder: organiza narrativas de modernidade, diver-

cidade e vitalidade, ao mesmo tempo em que regula presenças, expectativas e modos de reconhecimento no espaço público. Intervenções estéticas, assim, não são apenas manifestações culturais, mas dispositivos que articulam economia, política e consagração simbólica, reinscrevendo a cidade como território administrado também pelo sensível (Yúdice, 2006).

A estetização das cidades contemporâneas insere-se em um horizonte, no qual o sensível estrutura a organização social. Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2015) descrevem esse cenário como “capitalismo artista”, no qual imagens e atmosferas atravessam o consumo e a governança urbana. Como observa Mike Featherstone (1995), o consumo cultural converte-se em expressão de estilo de vida, fazendo da visualidade um modo de aparecer e disputar reconhecimento. Nesse contexto, a cultura também opera como técnica de ordenamento das presenças e da visibilidade pública (Miller; Yúdice, 2002).

Não se trata apenas de uma cidade “mais bonita” ou “mais cultural”, mas de um espaço público reorganizado por lógicas de sedução, consumo e visibilidade. O sensível deixa de ser suplemento e passa a estruturar ritmos de circulação, expectativas e formas de reconhecimento no cotidiano urbano. Essa intensificação estética implica também novas formas de subjetivação. O urbano é vivido como superfície de signos, onde identidades e pertencimentos se constroem através de práticas culturais e circuitos de visibilidade.

Mas essa estilização do urbano se inscreve também em dispositivos concretos de ordenamento, nos quais a cultura opera como técnica de gestão das presenças e das legitimidades no espaço público. Entretanto, esses processos não se reduzem à lógica mercantil ou ao consumo simbólico. Envolvem também formas institucionais de regulação estética e governança cultural. Nos termos de Miller e Yúdice (2002), programas culturais e dispositivos urbanos operam como mecanismos de governo das condutas, estruturando circuitos de reconhecimento e legitimidade. A cultura torna-se instrumento de regulação estética: distribui recursos simbólicos, define repertórios valorizados e organiza formas de visibilidade pública.

Pensar regimes de visualidade implica, assim, reconhecer que a cidade contemporânea é atravessada por uma dupla operação: de um lado, a estetização como promessa de vitalidade e experiência; de outro, a visualidade como mecanismo de ordenamento e de hierarquização simbólica. As paisagens culturais urbanas oferecem formas sensíveis de pertencimento, mas também delimitam fronteiras sociais e distribuem desigualdades perceptivas. A visualidade torna-se, portanto, chave sociológica para compreender o espaço público como arena de reconhecimento e conflito.

Até aqui, os autores mobilizados permitem descrever os mecanismos pelos quais o visível se organiza como disputa: a cultura como recurso, a estetização como estratégia e os regimes de reconhecimento como formas de ordenamento simbólico do espaço público. A contribuição deste texto, porém, não é apenas reiterar essa diagnose, e sim propor uma chave de leitura capaz de apreender a simultaneidade dessas camadas no urbano contemporâneo. É nesse ponto que se inscreve a noção de coexistência estética urbana (Brito, 2026), como operador interpretativo do modo como temporalidades, dispositivos e repertórios distintos passam a habitar o mesmo território sob fricção perceptiva. No plano da agência, essa chave articula-se à ideia de autoria estética global (Brito, 2026), compreendida como gesto singular de leitura e reinscrição do urbano por repertórios transurbanos — não como atributo institucional, mas como forma de presença produzida por intervenções autorais situadas.

A partir desse ponto, torna-se possível avançar para uma reflexão mais diretamente centrada na experiência vivida e na produção do espaço. Se aqui se evidenciam os ordenamentos simbólicos que regulam o sensível, o cotidiano emerge como lugar onde tais regimes se tornam prática, corpo e textura urbana — abrindo o horizonte para uma leitura lefebvriana da cidade como obra social e experiência compartilhada. Entre estetizações, consagrações e disputas de visibilidade, o urbano revela-se como campo vivido: não apenas imagem regulada, mas prática cotidiana, obra social e experiência sensível em permanente reescrita.

COTIDIANO, SENSIBILIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: LEITURA LEFEBVRIANA

Pensar a cidade a partir da experiência urbana exige deslocar o olhar para aquilo que tantas abordagens deixam na penumbra: o cotidiano como lugar onde o espaço se faz. A cidade não se reduz a seus dispositivos formais, nem às representações técnicas que buscam torná-la legível. Ela se realiza, antes, como prática vivida — textura histórica composta por ritmos, usos, apropriações e presenças que atravessam a vida comum e reinscrevem o urbano no cotidiano.

É nessa chave que a contribuição de Henri Lefebvre se torna decisiva. Ao afirmar que o espaço é uma produção social, Lefebvre (1991) rompe com a ideia do urbano como recipiente neutro ou cenário funcional. O espaço não é dado: ele é produzido pelas forças sociais que o atravessam, pelas relações que o organizam e pelas experiências que o inscrevem. Compreender a cidade implica, portanto, reconhecer como práticas ordinárias e formas de habitar participam ativamente da constituição do urbano como obra histórica.

O cotidiano, para Lefebvre (1991; 2008), não é plano residual da vida social, mas lugar privilegiado onde estruturas e experiências se articulam. É nele que a cidade se realiza como repetição instável: deslocamentos, encontros, atmosferas, rotinas e interrupções que, ao mesmo tempo, re-produzem e reconfiguram o espaço. Habitar a cidade é participar de seus ritmos e temporalidades sobrepostas, de intensidades sensíveis que fazem do urbano uma experiência sempre inacabada.

Ao distinguir entre espaço concebido, percebido e vivido, Lefebvre (1991) oferece uma chave fundamental para compreender essa produção. O espaço concebido corresponde às racionalidades técnicas, aos planejamentos e dispositivos abstratos que organizam a cidade como projeto. O espaço percebido refere-se às práticas que estruturam o uso cotidiano. Já o espaço vivido emerge como dimensão simbólica e sensível, onde se inscrevem afetos, memórias, disputas e formas de reconhecimento. É nesse plano que o urbano se manifesta como campo de significação e conflito, irreduzível à abstração administrativa.

Essa distinção evidencia que o espaço urbano é atravessado por uma tensão permanente entre racionalidade abstrata e experiência concreta. Lefebvre (1991) critica justamente a abstração espacial que transforma a cidade em mercadoria, superfície funcional e produto administrável. Contra essa redução, o vivido insiste como dimensão irreduzível: aquilo que escapa ao controle total do planejamento, afirmando-se como presença, apropriação e disputa cotidiana.

O urbano aparece como totalidade em movimento, continuamente reinscrita por práticas que deslocam seus sentidos. Portanto, a cidade é um processo em curso, no qual usos, trajetórias e presenças se cruzam sob condições desiguais de inscrição e reconhecimento no espaço público. Essa reescrita envolve hierarquias, interdições e disputas pelo direito de atribuir sentido ao território

compartilhado. É nesse horizonte que o direito à cidade, formulado por Lefebvre (2008), ultrapassa a ideia de acesso material e afirma a participação na produção da cidade como obra coletiva. Mesmo sob a racionalidade abstrata do planejamento e da mercantilização, o cotidiano introduz fissuras: desvios, apropriações e reinvenções silenciosas que deslocam a experiência urbana e fazem do vivido um campo permanente de negociação.

Essa leitura permite compreender que a experiência urbana se produz também no tempo. A cidade é atravessada por camadas que se alteram à medida que intervenções transitórias — eventos, inscrições passageiras, ocupações culturais — reorientam a percepção do conjunto urbano, deslocando inclusive o sentido de suas estruturas permanentes. Do mesmo modo, ações institucionais como tombamentos, reformas, consagrações e relançamentos reinscrevem a paisagem, modificando aquilo que pode ser visto, legitimado ou disputado no espaço público.

Lefebvre, nesse horizonte, permite pensar a cidade como obra em permanente reescrita cotidiana e temporal: uma produção social atravessada por apropriações, conflitos e disputas de presença. É no interior dessas práticas vividas — nos encontros perceptivos, nas sociabilidades do olhar, nas subjetividades em negociação — que o urbano se constitui como experiência compartilhada e como campo sensível de coexistência.

SOCIABILIDADES DO OLHAR: EMPIRIAS DE SUBJETIVIDADES URBANAS EM NEGOCIAÇÃO

Discutidos os pressupostos desta análise — os modos de vida como condição política e sensorial, a cidade como campo visual, as visualidades como regimes de ordenamento simbólico e o urbano como processo em curso — avançamos para a referência empírica de casos que iluminam os regimes sensíveis de percepção da cidade.

A dimensão intrinsecamente conflitiva do espaço público constitui uma primeira experiência da percepção visual das relações sociais na cidade. Se o espaço urbano é produzido socialmente e vivido como experiência, ele é também, de maneira incontornável, um campo relacional. A cidade não se constitui apenas por formas ou dispositivos, mas pela convivência — muitas vezes tensa — entre sujeitos, trajetórias e presenças que se cruzam no cotidiano. Habitar o urbano implica compartilhar condições de visibilidade, disputar sentidos e negociar formas de reconhecimento no espaço público. A experiência cidadina é, assim, sempre experiência de coexistência: estar na cidade é estar entre outros, sob códigos perceptivos que nunca são homogêneos.

As experiências de usos de espaços gentrificados constituem casos empiricamente fortes para se compreender essa dimensão conflitiva e constitutiva do espaço público. É comum se observar grupos sociais que buscam esses espaços de visibilidade como forma de tornar igualmente visíveis suas identidades, ainda que tensionem as sociabilidades locais. Em *Las Ramblas de Barcelona* é comum ver essas tensões identitárias que imprimem códigos próprios para o uso compartilhado dos espaços.

Figura 01 – Usos e sociabilidades no espaço público de Las Ramblas, Barcelona.



Fonte: Leite, 2018.

Figura 02 – As sociabilidades em *Las Ramblas* são marcadas por forte contraste e disputa.



Fonte: Leite, 2018.

No local convergem diferentes grupos identitários que buscam marcar territorialidades e tornar visíveis suas inserções na vida socialmente compartilhada. Como se trata de um espaço com forte inflexão turística, nem sempre a presença desses grupos identitários é bem vista pelos sistemas de segurança local. A presença, portanto, resulta de uma tensa relação com os poderes locais, o que implica muitas vezes deslocamentos e formas de ocupação nômade no espaço enobrecido. Embora vigiados e por vezes induzidos a não permanecerem nos espaços mais centrais de uso turístico, esses grupos, formados principalmente por moradores das periferias locais e migrantes, travam uma batalha silenciosamente tática (no sentido certauniado) de encontrar e negociar brechas para permanecerem nestes espaços de visibilidade.

As negociações que ocorrem nestes espaços enobrecidos não se dão apenas no plano das grandes disputas culturais, mas na escala microscópica da convivência. Pequenas interações produzem mapas afetivos do espaço público, definindo proximidades e distâncias, familiaridades e estranhamentos. A cidade é feita desses ajustes contínuos: coexistir é sempre habitar uma tensão entre presenças que se reconhecem apenas parcialmente e disputam, mesmo silenciosamente, a legitimidade de aparecer.

Nesse plano, a visualidade não opera apenas como paisagem, mas como gramática das sociabilidades. Aquilo que se vê, aquilo que se ignora e aquilo que se impõe como presença legítima constitui uma economia cotidiana do olhar. O espaço público torna-se terreno de negociações mínimas: gestos ordinários, encontros fugazes e trajetórias repetidas inscrevem modos de habitar que são também modos de aparecer, de reivindicar lugar, de disputar legibilidade.

A reflexão de Georg Simmel oferece uma chave decisiva para compreender essa dimensão intersubjetiva. Ao pensar a metrópole como forma social específica, Simmel (1903/1979) mostra que a vida urbana é marcada pela intensificação dos estímulos e pela multiplicidade de encontros efêmeros. A atitude blasé, tantas vezes lida como indiferença, pode ser compreendida como mecanismo de defesa diante da saturação perceptiva da modernidade. A cidade produz sujeitos atravessados por excesso de presenças, imagens e ritmos, reorganizando os modos de atenção e as formas de convivência.

Espaços de grande atração turística são marcados por essas experiências dissonantes em que predominam sociabilidades efêmeras, nas quais a interação muitas vezes se limita à observação e apropriação visual dos espaços e pessoas. O forte apelo visual das paisagens urbanas venezianas ilustra bem essa dimensão *blasé* de estar nos espaços com forte apelo para o consumo visual e distanciamentos sociais. (Leite, 2019).

Da mesma forma, esse sentimento de solidão em meio à multidão nos remete à emblemática figura do *flâneur*, cujo sujeito percorre a cidade sem pressa, atento às cenas fugidias, e encontra no passeio uma forma de observar o mundo sem se dissolver nele. Em meio à multidão, ele experimenta uma solidão paradoxal: não é o isolamento do afastado, mas a de quem se mantém discreto, anônimo, quase invisível, deixando-se tocar pelo movimento urbano sem perder a própria interioridade. Em Baudelaire, essa experiência ganha força como sensibilidade moderna, ligada ao prazer de vaguear e ao olhar que capta a vida passageira das ruas, como no retrato do artista e do observador.

Figura 03 – Sociabilidades efêmeras e observação da multidão em Veneza.



Fonte: Leite, 2019.

Se Simmel revela a saturação perceptiva da metrópole como forma de subjetivação moderna, é no nível das práticas ordinárias que essa experiência se traduz em usos, desvios e reinvenções silenciosas do espaço urbano. A sociabilidade urbana, nesse sentido, é paradoxal: proximidade física e distância simbólica, coexistência espacial e fragmentação perceptiva. O outro aparece simultaneamente como presença constante e como estranhamento. A experiência do olhar é também experiência de diferenciação: reconhecer e não reconhecer, aproximar-se e desviar-se, partilhar o espaço e disputar sua legibilidade.

É no cotidiano que essas sociabilidades se concretizam como prática. Michel de Certeau (1980) desloca o olhar para os usos ordinários da cidade, insistindo que o espaço urbano não é apenas planejado de cima, mas atravessado por apropriações discretas, quase imperceptíveis, que o reescrevem por dentro. Caminhar, circular, desviar: práticas aparentemente banais inscrevem outras leituras do território, para além das narrativas e ordenamentos oficiais. O cotidiano, assim, não é repetição passiva, mas invenção silenciosa de modos de estar.

O andar pela cidade atua como forma de construir territorialidades através de itinerários, trajetórias e apropriações. Nos sítios gentrificados do Porto e de Vila Nova de Gaia, paisagem patrimonial, turismo e consumo cultural reorganizam formas de circulação, apropriação visual do espaço e modos de pertencimento (Leite, 2008). A intensa circulação de visitantes, os percursos orientados pela contemplação visual da paisagem ribeirinha e a transformação do espaço cotidiano em experiência estetizada evidenciam sociabilidades marcadas por deslocamentos constantes entre observação, consumo simbólico e convivência efêmera.

Figura 04 – Paisagem urbana e experiência visual da cidade histórica do Porto.



Fonte: Leite, 2008.

Essas práticas são também práticas perceptivas. Ver a cidade é atravessá-la com repertórios, memórias e expectativas que organizam o comum. As sociabilidades do olhar se produzem menos em grandes eventos do que na escala mínima da vida urbana: nos encontros fugazes, nas disputas discretas por atenção e presença, nas formas cotidianas de autorização e na interdição simbólica.

A cidade contemporânea, portanto, não é apenas cenário de diversidade cultural, mas campo de negociação permanente entre repertórios heterogêneos. Néstor García Canclini (2001; 2008) permite compreender que as culturas urbanas se constituem em processos de hibridação atravessados por fluxos globais, consumos e disputas de sentido. Tradições, modernidades e circuitos transnacionais se sobrepõem, produzindo convivências instáveis e formas múltiplas de pertencimento.

Nesse quadro, subjetividades urbanas se formam sob condições desiguais de reconhecimento. O existir citadino envolve ser visto, ser percebido, ser autorizado a aparecer. As sociabilidades do olhar são também sociabilidades políticas: definem centralidades sensíveis, distribuem atenção e produzem margens perceptivas no cotidiano compartilhado.

A coexistência estética urbana, assim, não é harmonia, mas simultaneidade tensionada. Diferentes estilos de vida, sensibilidades e temporalidades ocupam o mesmo território sem se fundirem plenamente. O cotidiano é atravessado por fricções interpretativas e disputas discretas de significado, fazendo do espaço público um campo permanente de negociação.

É nesse entrecruzamento — entre produção espacial e convivência simbólica, entre ordenamentos perceptivos e práticas cotidianas — que a cidade contemporânea se manifesta como sobreposição instável de regimes sensíveis e presenças em disputa. O existir urbano se constitui, então, como experiência partilhada e conflitiva, na qual a visualidade não apenas reflete o social, mas participa ativamente de sua produção.

COEXISTÊNCIA ESTÉTICA URBANA: CAMADAS SIMULTÂNEAS E TENSÕES DO SENSÍVEL

A reflexão desenvolvida até aqui permite reconhecer que a cidade contemporânea não pode ser compreendida apenas como espaço funcional, nem como paisagem cultural estabilizada. O urbano se apresenta como campo sensível atravessado por regimes de visualidade, disputas simbólicas e práticas cotidianas que se sobrepõem no território compartilhado. Nesse horizonte, torna-se possível mobilizar a noção de coexistência estética urbana (Brito, 2026) como chave interpretativa para pensar a simultaneidade de presenças e sensibilidades na experiência cidadina.

A coexistência estética urbana designa a convivência tensa de temporalidades, estilos e regimes sensíveis distintos no mesmo espaço urbano. Inscrições culturais, intervenções visuais, dispositivos institucionais e práticas ordinárias ocupam simultaneamente o território, produzindo sobreposições e conflitos interpretativos.

Se a coexistência estética urbana nomeia a condição estrutural dessa simultaneidade tensionada — isto é, a sobreposição desigual de camadas sensíveis no mesmo espaço — a autoria estética global (Brito, 2026) designa o plano da agência singular que opera no interior desse regime. Trata-se do gesto individual do artista que lê a cidade como campo transurbano e, ao reinscrever repertórios estéticos em circulação, produz presença situada e disputa reconhecimento no espaço público. Essa categoria se refere a uma assinatura de intervenção, isto é, à capacidade de um agente produzir deslocamentos de sentido dentro da coexistência já instalada, reorientando momentaneamente o que pode ser visto, legitimado e interpretado. Em termos analíticos, essa noção permite distinguir camadas institucionais de visibilidade (mais estáveis e legitimadas) de inscrições autorais situadas, nas quais a cidade é lida e reescrita por repertórios transurbanos.

A coexistência estética urbana emerge também como deslocamento em relação às leituras centradas exclusivamente na denúncia. Se podemos considerar o espaço público como arena de usos e contra-usos e seus conflitos simbólicos, trata-se aqui de perceber como, no interior dessas disputas, as camadas sensíveis não apenas se opõem, mas se reinscrevem em simultaneidade instável — produzindo convivências paradoxais entre mercado e experiência, espetáculo e presença, consagração e desvio (Leite, 2008).

Essa chave desloca a leitura do urbano para além de dicotomias fixas — centro e periferia, arte e cotidiano, institucional e ordinário. O que se revela, antes, é uma cidade feita de camadas sensíveis heterogêneas, onde o consagrado e o anônimo se sobrepõem: monumentos e grafismos, arquiteturas estabilizadas e intervenções passageiras, paisagens patrimoniais e marcas do consumo. O espaço urbano não se organiza por sucessão linear, mas por coexistências simultâneas, muitas vezes atravessadas por fricção, disputa e instabilidade.

Mas essa coexistência não é apenas espacial. Ela se transforma no tempo. Presenças efêmeras — eventos, exposições, ocupações culturais — reorientam momentaneamente o regime de atenção da cidade, deslocando o sentido do que parecia permanente. Ao mesmo tempo, reescrituras institucionais — tombamentos, reformas, reconhecimentos patrimoniais, relançamentos culturais — reinscrevem novas legitimidades na paisagem. O urbano, assim, nunca fixa definitivamente o que cada presença significa: ele reordena suas camadas e redistribui, no tempo, valores e formas de visibilidade.

Essa perspectiva dialoga com as discussões anteriores sobre regimes de visualidade e sociabilidades do olhar. Se as visualidades urbanas operam como ordenamentos simbólicos, e se o cotidiano

constitui um plano de produção sensível do espaço, então a coexistência estética urbana nomeia a simultaneidade dessas camadas em negociação: institucionalizações culturais, mercantilizações do território, apropriações ordinárias, intervenções artísticas e presenças múltiplas que disputam legibilidade. Ela pode ser apreendida na sobreposição entre arquiteturas planejadas e usos improvisados, repertórios consagrados e expressões efêmeras do cotidiano.

Habitar a cidade é habitar essa paisagem de presenças concorrentes, essa textura sensível onde memórias, disputas, repertórios culturais e práticas ordinárias se cruzam. A coexistência estética urbana não diz respeito apenas à presença de obras ou imagens, mas à maneira como a cidade se faz e se refaz como campo simbólico comum, no qual diferentes camadas de sentido insistem em coexistir.

É nesse plano — onde o visível é sempre também político e o sensível é sempre também social — que a experiência cidadina se constitui como coexistência tensionada: uma simultaneidade instável de regimes estéticos, temporalidades culturais e presenças em disputa no espaço público. As experiências urbanas mobilizadas ao longo do artigo evidenciam que as visualidades contemporâneas não se organizam apenas como paisagem, mas como prática cotidiana de negociação perceptiva. Em Barcelona, os usos compartilhados de espaços turísticos tensionam códigos de pertencimento e visibilidade; em Veneza, a saturação imagética e o consumo visual reorganizam formas de convivência efêmera; já nos sítios gentrificados do Porto e de Vila Nova de Gaia, paisagem patrimonial, circulação turística e apropriações ordinárias revelam modos distintos de inscrição simbólica no espaço público. Essas situações urbanas permitem compreender que a experiência cidadina se produz na articulação entre presença, percepção e disputa de reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISUALIDADES URBANAS COMO POLÍTICA DO SENSÍVEL

As visualidades urbanas não constituem um domínio secundário da cidade contemporânea, mas uma dimensão constitutiva do existir citadino. O espaço público emerge como arena estética disputada, onde formas desiguais de reconhecimento estruturam a experiência urbana.

Assumir o sensível como chave sociológica implica compreender a visualidade como operador urbano de poder e de subjetivação. Regimes de visibilidade distribuem atenção, organizam centralidades e produzem hierarquias simbólicas que atravessam o cotidiano. O espaço público aparece como território de disputa perceptiva: paisagens culturais, intervenções institucionais e práticas ordinárias coexistem sob condições assimétricas de legitimação. A visualidade urbana opera como política do espaço, pois define não apenas o que se vê, mas quem pode aparecer, ser reconhecido e inscrever presença no território compartilhado.

As experiências observadas evidenciam o cotidiano como dimensão onde o espaço se refaz por usos e disputas de reconhecimento. As sociabilidades do olhar revelam que a convivência urbana se constitui entre encontros, estranhamentos e negociações contínuas de sentido no espaço público.

A coexistência estética urbana permite compreender temporalidades, estilos e presenças culturais em disputa no espaço público. Trata-se da convivência tensionada entre formas distintas de aparecer, habitar e produzir sentido na cidade.

Pensar as visualidades urbanas como dimensão constitutiva da vida social é reconhecer o urbano como território de disputas estéticas e políticas do sensível. Tomar a visualidade como operador sociológico permite compreender o espaço público como campo sensível de produção social, no qual desigualdades urbanas se manifestam não apenas na ocupação territorial ou no acesso a recursos, mas também nas condições de visibilidade e reconhecimento que regulam a inscrição simbólica no território comum.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 408 p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 314 p.
- BRITO, Fabiana Bartira de Souza. **Mosaico tropical**: arte brasileira e estéticas da coexistência em Miami. 2026. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2026. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/25055>. Acesso em: 24/03/2026
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2001. 392 p.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. 227 p.
- CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien**. Tome 1: Arts de faire. Paris: Union générale d'éditions, 1980. 374 p.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 223 p.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. 464 p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade (1968)**. São Paulo: Centauro, 2008. 146 p.
- LEFEBVRE, Henri. **Elementos de Ritmanálise**: e outros escritos sobre temporalidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. 216 p.
- LEITE, Rogerio Proença. **Contra-Usos da Cidade**. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea. Campinas, Editora Unicamp, 2007. 376 p.
- LEITE, Rogerio Proença. Image making: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas. In: LEITE, Rogerio Proença. (Org.). **Cultura e Vida Urbana**: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão, Editora UFS, 2008. p. 171-199.
- LEITE, Rogerio Proença. Modos Insubmissos de Viver: Barcelona Aos Passos de Michel de Certeau. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 55-77, 2018. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2018.148932.
- LEITE, Rogerio Proença. Labirínticas. Veneza como Empíria para uma Razão Cega. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 99, e349911, 2019. DOI: 10.1590/349911/2019.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 516 p.
- MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Cultural policy**. London: Sage, 2002. 256 p.
- PAIS, José Machado. O “corre-corre” cotidiano no modo de vida urbano. **Revista TOMO, [S. l.]**, n. 16, p. 131-156, 2010. DOI: 10.21669/tomo.v0i16.521.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010. 555 p.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615 p.
- ZUKIN, Sharon. **Landscapes of Power**: From Detroit to Disney World. Berkeley: University of California Press, 1991. 338 p.
- ZUKIN, Sharon. **Naked city**: the death and life of authentic urban places. New York: Oxford University Press, 2010. 312 p.

Lifestyles and urban visualities: aesthetic experience, subjectivities, and symbolic struggles in the contemporary city

Abstract

Visuality does not appear in the city as ornament, nor as a mere landscape of images. It permeates urban existence as a sensitive regime of presence and dispute: what becomes visible, what is recognized, what is imposed, and what is erased within public space. In contemporary cities, everyday practices, sociabilities, and processes of subjectivation are crossed by aesthetic layers that reorganize urban experience. Artistic interventions, cultural landscapes, institutional devices, and ordinary gestures overlap as symbolic inscriptions in ongoing dispute, producing conflicts of meaning and diverse ways of inhabiting. By approaching aesthetic experience as a sociological operator, this text places visibility at the core of the relationship among power, perception, and urban life, understanding urban existence as a shared, political, and sensory condition.

Keywords: Urban Visualities; Ways of Life; Aesthetic Experience; Subjectivities; Symbolic Disputes.

Modos de vida y visualidades urbanas: experiencia estética, subjetividades y disputas simbólicas en la ciudad contemporánea

Resumen

La visualidad no se presenta en la ciudad como un ornamento ni como un simple paisaje de imágenes. Atraviesa los modos de vida como un régimen sensible de presencia y disputa: aquello que se ve, aquello que se reconoce, aquello que se impone o se borra en el espacio público. En las ciudades contemporáneas, las prácticas cotidianas, las sociabilidades y los procesos de subjetivación están atravesados por capas estéticas que reorganizan la experiencia urbana. Intervenciones artísticas, paisajes culturales, dispositivos institucionales y gestos ordinarios se superponen como inscripciones simbólicas en negociación constante, produciendo conflictos de sentido y formas diversas de habitar. Al asumir la experiencia estética como operador sociológico, este texto sitúa la visualidad en el centro de las relaciones entre poder, percepción y vida urbana, comprendiendo el existir ciudadano como una condición compartida, política y sensorial.

Palabras clave: Visualidades Urbanas; Modos de Vida; Experiencia Estética; Subjetividades; Disputas Simbólicas.

Histórico

- Recebido: Fevereiro/26
- Primeiro Parecer: Abril/26
- Segundo Parecer: Maio/26
- Aceito: Maio/26
- Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Junho/26
- Revisado Autor: Junho/26
- Publicado: Julho/26

Equipe Editorial Revista TOMO envolvida no processo editorial deste artigo

- Marina de Souza Sartore (Editora-chefe)
- Tatiana Silva Sales (Editor Assistente Júnior)

Contato: revistatomo@gmail.com